

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE CRÉDITO DA REGIÃO MERIDIONAL DO BRASIL – SICOOB UNICOB MERIDIONAL – CNPJ: 05.392.810/0001-54 NIRE: 41400015246

I. DATA, LOCAL E HORA: Ao vigésimo sétimo dia do mês de março de dois mil e vinte e quatro, às 19h (dezenove horas), ocorreu de forma presencial a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária do Sicoob Unicoob Meridional, no Yara Country Clube, localizado na Av. Ministro Cirne Lima nº 1201, esquina com Av. Maripá, Jardim Recanto – Toledo/Pr, fora de sua sede por não possuir espaço físico que comporte a realização do evento. **II. PRESENCAS:** Estiveram presentes 68 (sessenta e oito) delegados, conforme confirmação de lista de presença. A assembleia foi realizada em terceira convocação não tendo havido o comparecimento de delegados em primeira e segunda chamadas. **TOTAL DE DELEGADOS DA COOPERATIVA:** 75 (setenta e cinco). **III. CONVOCAÇÃO:** A assembleia foi convocada na forma do que dispõe o Estatuto Social e Lei 5.764/71. **EDITAL DE CONVOCAÇÃO:** Publicado no site <https://www.sicoob.com.br/web/sicoobmeridional/documentos>. **IV. COMPOSIÇÃO DA MESA.** A frente de honra foi composta pela Sra. Solange Pinzon de Carvalho Martins, Presidente do conselho de administração, Sr. Sonir Dalla Barba, vice-presidente do conselho de administração, Sr. Rogério da Silva Oliveira, coordenador do conselho fiscal e o Sr. Gilberto José Albarello, diretor superintendente, na sequência a mestre de cerimônia, Srta. Ana Paula Salles, solicitou que a Sra. Solange fizesse a nomeação do secretário dos trabalhos, sendo indicado pela presidente e aprovado pela assembleia o nome do Sr. Rogério da Silva Oliveira. O secretário nomeado fez a leitura da ordem do dia. **V. ORDEM DO DIA:** Assembleia Geral Ordinária; 1. Prestação de contas dos órgãos da administração, acompanhado do parecer do Conselho Fiscal, compreendendo: a) Relatório de gestão; b) Balanços elaborados no primeiro e no segundo semestres do exercício social anterior; c) Relatório da auditoria externa; d) Demonstrativo das sobras e perdas apuradas; 2. Destinação das sobras apuradas, deduzidas as parcelas para os fundos obrigatórios, com estabelecimento da fórmula de cálculo a ser aplicada na distribuição; 3. Fixação do valor dos honorários da Presidência do Conselho de Administração; Fixação do valor das cédulas de presença dos Conselheiros de Administração e Fiscal para participação em reuniões e homologações; fixação do valor das cédulas de presença de conselheiros de administração para participação em comissões e comitês deferidores. 4. Fixação do valor global para pagamento dos honorários, gratificações e/ou benefícios da Diretoria Executiva; 5. Eleição do Conselho de Administração; 6. Alterações na Política Institucional de Controles Internos e Conformidade; 7. Alterações na Política de Sucessão de Administradores do Sicoob; 8. Alterações na Política Institucional de Governança Corporativa; 9. Apresentação do Planejamento das atividades da Cooperativa; **VI. ABERTURA DOS TRABALHOS. ITEM 1 DA ORDEM DO DIA AGO.** A Sra. Solange deu início aos trabalhos, tendo ocorrido a leitura da ordem do dia da assembleia pelo secretário eleito, Sr. Rogério da Silva Oliveira. A mestre de cerimônia agradeceu a presença de todos os delegados e suplentes e pediu para que o Sr. Gilberto José Albarello apresentasse o relatório de gestão do ano de 2023.

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE CRÉDITO DA REGIÃO MERIDIONAL DO BRASIL – SICOOB UNICOB MERIDIONAL – CNPJ: 05.392.810/0001-54 NIRE: 41400015246

Foi iniciada a apresentação com destaque aos ativos, captações, volume de recursos administrados, operações de créditos e resultado do ano de 2023, com o percentual de crescimento comparado ao ano de 2022. Prosseguindo, apresentou também os balanços elaborados no primeiro e no segundo semestre do exercício social anterior, cuja apresentação foi com o comparativo de 2023 para 2022, as contas foram apresentadas de forma resumida, já que o balanço e as notas explicativas foram devidamente enviados para todos os delegados junto com a convocação para participar da AGO. Após a apresentação a mestre de cerimônias, Srta. Ana Paula Salles, passou a palavra para a Sra. Presidente, que solicitou ao Sr. Rogério da Silva Oliveira, conselheiro fiscal, para realizar a leitura do parecer do Conselho Fiscal e da Auditoria Externa, ambos favoráveis à prestação de contas da administração. Finda a leitura, a palavra foi devolvida ao Sr. Gilberto para apresentar os demonstrativos das sobras apuradas em 2023, que informou o resultado do exercício antes das destinações obrigatórias de R\$ 40.171.695,13 (quarenta milhões cento e setenta e um mil seiscentos e noventa e cinco reais e treze centavos). Desse montante foram subtraídos R\$ 10.305.896,56 (dez milhões trezentos e cinco mil oitocentos e noventa e seis reais e cinquenta e seis centavos para pagamento de juros ao capital; R\$ 12.142.128,98 (doze milhões cento e quarenta e dois mil cento e vinte e oito reais e noventa e oito centavos) para o Fundo de Reserva No ano de 2023 para as destinações legais foram empregadas ao Fundo de Reserva 60% (sessenta pontos percentuais) no montante de R\$ 12.142.128,98 (doze milhões cento e quarenta e dois mil cento e vinte e oito reais e noventa e oito centavos) e R\$ 1.011.844,08 (um milhão onze mil oitocentos e quarenta e quatro reais e oito centavos) para o FATES, conforme dispõe o Estatuto Social da Cooperativa. Após as deduções o valor das sobras líquidas foi de R\$ 7.082.908,57 (sete milhões oitenta e dois mil novecentos e oito reais e cinquenta e sete centavos). O Sr. Gilberto também explicou também que, conforme previsto no Estatuto Social, os prejuízos recuperados no exercício anterior de R\$ 6.631.732,07 (seis milhões seiscentos e trinta e um mil setecentos e trinta e dois reais e sete centavos) foram incorporados ao Fundo de Reserva. Finda a explanação, a Sra. Presidente, colocou o item em discussão, abrindo a palavra para os delegados se manifestassem. Não havendo questionamentos, a presidente colocou em votação o item relativo à aprovação das contas do Sicoob Meridional, as quais foram aprovadas por unanimidade dos votos, abstendo-se de votar os legalmente impedidos. **ITEM 2 DA ORDEM DO DIA.** Dando continuidade, a mestre de cerimônia, passou ao item 2 do edital, destinação das sobras apuradas deduzidas as parcelas para os fundos obrigatórios, com estabelecimento da fórmula de cálculo a ser aplicada na distribuição, devolvendo a palavra para a presidente dar continuidade. A Sra. Solange informou que apresentaria o item na íntegra e ao final abriria a palavra, salientou que os delegados presentes tiveram a oportunidade de ouvir os cooperados nas reuniões pré-assemblyares para que neste momento de assembleia pudessem exercer o voto de acordo com a decisão de cada seccional/agência.

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE CRÉDITO DA REGIÃO MERIDIONAL DO BRASIL – SICOOB UNICOB MERIDIONAL – CNPJ: 05.392.810/0001-54 NIRE: 41400015246

Relembrou a composição das sobras já apresentada no item anterior e evidenciou o valor de R\$ 7.082.908,57 (sete milhões oitenta e dois mil novecentos e oito reais e cinquenta e sete centavos) de sobras líquidas à disposição desta assembleia. Informou que a proposta do conselho de administração para a destinação das sobras foi de colocar 50% das sobras em conta capital e outros 50% em conta corrente em razão da necessidade de aumentar o Patrimônio Líquido da Cooperativa para os cooperados ativos. Já para os cooperados inativos 100% em conta capital. Na sequência a Sra. Solange passou para a fórmula de rateio e propôs que as sobras líquidas fossem distribuídas aos cooperados proporcionalmente às operações por eles realizadas com a cooperativa no exercício de 2023, de acordo com o seguinte critério: 50% sobre saldo médio real para Captação Remunerada tendo como critérios: LCA DI; LCI DI; RDC Flexível; RDC DI 30; RDC DI 60; RDC DI 90; RDC DI 181; RDC DI 361; RDC DI 721 e Depósito de Aviso Prévio Pós CDI. 20% sobre juros e correção monetária pagos em Operações de Crédito no período tendo como critérios: Para as modalidades de Renegociação, Financiamento de Veículos, Crédito Pessoal, Capital de Giro, Financiamento de Bens e Serviços, Repactuação Crédito Pessoal, Repactuação Capital de Giro, Capital de Giro AA e Bens Não de Uso Próprio, os critérios foram: Correção monetária paga e Juros pagos sobre empréstimo. Para a modalidade de Conta Corrente Depósito à Vista o critério foi: Juros pagos na utilização do limite de crédito. Para a modalidade Títulos Descontados os critérios foram: Desconto de Duplicatas juros pago sobre empréstimos, Desconto de Cheques Próprios juros pagos sobre empréstimos, Desconto de Duplicatas (4355) juros pagos sobre empréstimos e Desconto de Cheque próprios (4355) Juros pagos sobre empréstimo. Para a modalidade de Crédito Pré Aprovado, Consignado Crédito Pessoal, Crédito Rotativo, Financiamento Motocicleta, Portabilidade Crédito Consignado, Repactuação Crédito Rotativo, Renegociação Crédito Consignado Privado, Renegociação Crédito Consignado Público, Capital de Giro AA Price, Repactuação Crédito Pessoal AA, Capital de Giro Sem IOF e Antecipa FGTS Sicoob o critério foi Juros pagos sobre empréstimo. No Crédito Rural ACI as modalidades foram: RO Pronamp, REP RPL Equalizável, POUP Equalizável, RPL Crédito Rural, RPL Equal Pronamp, Pronamp Repasse, Demais Produtores Repasse, Pronaf Repasse, Demais produtores, Reneg Demais Produtores Repasse, Reneg Demais Produtores e Reneg Pronamp Repasse. 15% sobre saldo médio positivo de Depósito à Vista tendo para as modalidades de Conta Corrente Depósito à Vista, Conta Corrente Dep. Investimentos, Cheques Administrativos, Correspondentes no País, Conta Salário, Conta Benefício INSS e Depósito poder público o critério de saldo médio positivo. Por fim 15% sobre Produtos e Serviços (seguros, consórcios, sipag, tarifas e cartões), tendo como critério: Para a modalidade Conta Corrente o critério foi Conta Corrente Depósito à Vista Tarifas Pagas. Para a modalidade Cobrança o critério foi: Cobrança simples com Registro Tarifas. Para a modalidade Emissor Plataforma de Cartões Cartão de Crédito Rotativo os critérios foram: Anuidade, Juros Sobre Rotativo,

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE CRÉDITO DA REGIÃO MERIDIONAL DO BRASIL – SICOOB UNICOB MERIDIONAL – CNPJ: 05.392.810/0001-54 NIRE: 41400015246

Juros CDC, Juros Saque, Tarifa Seguro PPR, Tarifa SMS e Reposição de Plástico. Para a modalidade de consorcio o critério foi Comissão Recebida pela Contratação. Para as modalidades de Seguros automotivos, de vida, patrimonial e demais ramos o critério foi comissão recebida pela contratação. Para a modalidade Soluções Integradas de Pagamentos o critério foi resultado de faturamento de aluguel. Finalizando a apresentação colocou o item em discussão, com a abertura da palavra para os delegados. Os delegados das agências Osasco Centro, Jennifer Cristine Paredes Tonon e Sergio Sidnei Manajo, da agência KM 18 Jean Bedoyan e delegado da agência Vila Yara Miguel Dias Santos apresentaram uma nova proposta de acordo com o que foi decidido na pre assembleia destas agencias de que 100% das sobras fossem distribuídas em conta corrente. A presidente colocou ambas as propostas em votação e a que venceu pela maioria dos votos foi a proposta apresentada pelo Conselho de Administração conforme descrita: 50% (cinquenta pontos percentuais) do valor das sobras em conta corrente e 50% (cinquenta pontos percentuais) em conta capital. Para o rateio das sobras foram aprovados, por unanimidade, os critérios sugeridos pelo Conselho de Administração 50% do saldo médio real para captação remunerada, 20% sobre juros e correção monetária pagos em operações de crédito (exceto honras de avais e fianças, adiantamento depositante), 15% (quinze pontos percentuais) para o saldo médio positivo do depósito à vista de conta corrente e de conta salário e 15% (quinze pontos percentuais) produtos e serviços, (comissão recebida pela contratação de seguros e consórcios, comissão sobre faturamento e antecipação Sipag, tarifas pagas de conta corrente depósito à vista, cobrança simples com registro e receitas com cartões de crédito (exceto multa por atraso e reposição de plástico). As informações que compuseram a fórmula de rateio apresentada tiveram como base o Sisbr e o Sisbr analítico. Foi aprovada também a ata do crédito em 15/04/2024. **ITEM 3 DA ORDEM DO DIA.** Prosseguindo, a mestre de cerimônias pediu para que o atual Vice-presidente, Sr. Sonir Dalla Barba, apresentasse a proposta de reajuste nos honorários e cédulas de presença para os Conselhos de Administração e Fiscal, o Sr. Sonir iniciou a apresentação informando que os valores propostos tiveram como base o teto de 18 (dezoito) salários mínimos e, descreveu os valores sugeridos para 2024, sendo eles: R\$ 25.416,00 (vinte e cinco mil quatrocentos e dezesseis reais) para o presidente do conselho, para o Vice-Presidente e aos demais Conselheiros de Administração e Fiscal, cédula de presença no valor de R\$ R\$ 2.118,00 (dois mil cento e dezoito reais) correspondente a 1/12 avos sobre os honorários do presidente; e para conselheiros membros independentes de comitês deferidores, cédula de presença no valor de R\$ 508,00 (quinhentos e oito reais) correspondente a 1/50 avos sobre os honorários da presidente. Ainda no mesmo item com a palavra, a Sra. Solange ratificou que o valor dos honorários da presidência fica com o teto de 18 (dezoito) salários mínimos e que gostaria que fosse observado em futuras assembleias. Ato contínuo colocou o assunto em discussão e não havendo

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE CRÉDITO DA REGIÃO MERIDIONAL DO BRASIL – SICOOB UNICOB MERIDIONAL – CNPJ: 05.392.810/0001-54 NIRE: 41400015246

manifestações, colocou o assunto em votação cuja proposta foi aprovada por unanimidade dos votos dos delegados presentes. **ITEM 4 DA ORDEM DO DIA.** O Sr. Sonir deu sequência apresentando a proposta de fixação do valor global para pagamento dos honorários e das gratificações dos membros da Diretoria Executiva. Foi explicado que o embasamento dos valores se deu através de uma pesquisa realizada com o mercado e com as demais cooperativas do Sistema Unicoob. O valor anual apresentado foi de R\$ 2.184.990,00 (dois milhões cento e oitenta e quatro mil novecentos e noventa reais) para pagamento dos honorários dos diretores executivos. No valor global estão inclusos os seguintes benefícios por diretor: 12 (doze) pró-labores, 1 (uma) gratificação natalina, 12 (doze) vales alimentação e bônus de até 5 folhas no caso do atingimento das metas. O valor contempla ainda o recolhimento de 20% de INSS pela cooperativa. Em seguida colocou o assunto em discussão. Não havendo contestações colocou em votação a proposta apresentada, a qual foi aprovada por unanimidade dos votos dos delegados presentes. **ITEM 5 DA ORDEM DO DIA.** Dando sequência aos trabalhos, a Sra. Solange iniciou a apresentação do item que trata sobre a eleição do conselho de administração e informou que houve protocolo de apenas uma chapa para o Conselho de Administração que foi analisada e aprovada pela Comissão Eleitoral conforme previsto em regulamento e, apresentou todos os nomes da chapa inscrita com um breve currículo de cada um dos membros, na sequência foi colocado em votação os nomes indicados para o Conselho de Administração, tendo os mesmos sido aprovados por unanimidade, ficando o conselho de administração, com mandato de 3 anos, até a posse dos eleitos na AGO de 2027, composto dos seguintes nomes: **PRESIDENTE: SONIR DALLA BARBA**, brasileiro, divorciado, empresário, nascido em 26/02/1963, residente na Linha Sol Nascente, Lote 173 A 5 Distrito de São Luiz do Oeste Cep 85900-000, portador da cédula de identidade civil nº 2.144.849-4, SSP-PR, portador do CPF 483.555.859-68. **VICE-PRESIDENTE: ALCEU DAL BOSCO**, brasileiro, casado no regime de comunhão parcial de bens, empresário, nascido em 22/02/1965, residente na Rua Gabriel Delani 517, Jardim Pancera, na cidade de Toledo, PR, CEP 85.902-220, portador da cédula de identidade civil nº 3.285.642-0, SSP-PR, portador do CPF 525.408.719-68; **CONSELHEIROS DE ADMINISTRAÇÃO: SOLANGE PINZON DE CARVALHO MARTINS**, brasileira, casada no regime de comunhão parcial de bens, empresária, nascida em 22/10/1959, residente na Rua da Faculdade, 41, Jardim La Salle, na cidade de Toledo, PR, CEP 85.903-000, portadora da cédula de identidade civil nº 1.924.237-4, SSP-PR, portadora do CPF 334.930.499-00. **SADI JOAO DONAZZOLO**, brasileiro, casado em comunhão parcial de bens, empresário, nascido em 08/08/1957, residente na Avenida França, 455, Bela Vista, na cidade de Caxias, RS, CEP 95076-000, portador da cédula de identidade civil nº 8.014.730.868, SSP-RS, portador do CPF 232.215.850-04; **ALCEU DAL BOSCO**, brasileiro, casado no regime de comunhão parcial de bens, empresário, nascido em 22/02/1965, residente na Rua Gabriel Delani 517, Jardim

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE CRÉDITO DA REGIÃO MERIDIONAL DO BRASIL – SICOOB UNICOB MERIDIONAL – CNPJ: 05.392.810/0001-54 NIRE: 41400015246

Pancera, na cidade de Toledo, PR, CEP 85.902-220, portador da cédula de identidade civil nº 3.285.642-0, SSP-PR, portador do CPF 525.408.719-68; **ANAIDE INES HOLZBACH DE ARAUJO**, brasileira, casado no regime de comunhão parcial de bens, empresária, nascida em 01/05/1966, residente na Rua Quinze de Novembro, 1758, Apto 103, Centro, na cidade de Toledo, PR, CEP 85900-200, portadora da cédula de identidade civil nº 3.858.519-3, SSP-PR, portadora do CPF 525.326.159-15, **KHALED NAKKA**, brasileiro, casado em comunhão parcial de bens, empresário, nascido em 20/05/1963, residente na Rua Duque de Caxias, 1198, Centro, na cidade de Vera Cruz do Oeste, PR, CEP 85845-000, portador da cédula de identidade civil nº 3.310.532-0, SESP-PR, portador do CPF 465.271.689-34 e **NERI JORGE LEONHARDT**, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, empresário, nascido em 09/05/1963, residente na Av. Presidente Kennedy, 1256 Apto 62, Bairro Centro, na cidade de Palotina, PR, CEP 85950-000, portador da cédula de identidade civil nº 3.697.118-5, SESP-PR e do CPF 523.675.259-00. **JOEL INELTO LOH**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão total de bens, empresário, nascido em 05/01/1967, residente na Rua Santos Dumont, 3147 Apto 602, Centro, na cidade de Toledo, PR, CEP 85900-010, portador da cédula de identidade nº 3.414.609-8, expedida pela SSPPR, CPF nº 588.661.679-91, **HUGO ALBERT TREVISAN**, brasileiro, casado no regime de separação bens, empresário, nascido em 26/02/1990, residente na Rua Buriti, 246, Jardim Adalgisa, na cidade de Osasco, SP, CEP 060303-12, portador da cédula de identidade civil nº 477773205, SSP SP, portador do CPF 395.200.628-90, **RENATO LUIZ DALLAGO**, brasileiro, casado no regime de comunhão parcial de bens, empresário, nascido em 12/03/1959, residente na Rua Presidente Costa e Silva, 1266, Jardim Filadélfia, na cidade de Toledo, PR, CEP 85902-215, portador da cédula de identidade civil nº 30280652, SESP-PR, portador do CPF 308.065.189-87 e **JOÃO VITOR TOMAZELLI**, brasileiro, Solteiro, empresário, nascido em 13/12/1996, residente na Rua Saturno, 1069, Jardim Gisela, na cidade de Toledo, PR, CEP 85905-180, portador da cédula de identidade civil nº 84280640, SESP-PR, portador do CPF 079.403.389-00. Todos os conselheiros eleitos declaram que não estão inclusos em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeçam de exercer atividade mercantil e administrativa, declarando, ainda, não ser parentes entre si e que preenchem as condições de elegibilidade. Na sequência a mestre de cerimônias chamou a Sra. Lizabete Martins de Almeida Sacramento, atual diretora administrativa financeira e de risco, para fazer a apresentação das alterações nas políticas conforme descrito na ordem do dia. **ITENS 6,7 E 8** A Sra. Lizabete prosseguiu com os itens 6,7 e 8 da ordem do dia que contemplam a Alteração na Política Institucional de Controles Internos e Conformidade, Alteração na Política de Sucessão de Administradores do Sicoob e Alteração na Política Institucional de Governança Corporativa. Após a leitura das três políticas, que foram disponibilizadas de forma antecipada para os delegados, a presidente colocou o assunto em discussão. Não

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE CRÉDITO DA REGIÃO MERIDIONAL DO BRASIL – SICOOB UNICOB MERIDIONAL – CNPJ: 05.392.810/0001-54 NIRE: 41400015246

havendo questionamentos, colocou-as em aprovação. Os delegados por unanimidade, aprovaram a adesão e alteração às seguintes políticas do Sicoob e suas atualizações posteriores, realizadas pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS): Política Institucional de Governança Corporativa; Política Institucional de controles internos e Conformidade; e Política de Sucessão de Administradores do Sicoob. **ITEM 9 DA ORDEM DO DIA** Foi apresentado pelo diretor superintendente Sr. Gilberto José Albarello o planejamento das atividades da Cooperativa para o exercício de 2024, compreendendo as metas mais importantes do planejamento orçamentário discorridas no item 1 da ordem do dia bem como a reinauguração e novas instalações para as agências de Estrela - RS, Pari São Paulo Capital - SP, Santa Helena - PR e Vera Cruz do Oeste - PR. O Sr. Gilberto devolveu a palavra a Sra. Solange que agradeceu imensamente a participação dos delegados, ressaltou a importância do papel do colégio de delegados para a cooperativa; **VII. ENCERRAMENTO AGO:** Nada mais havendo a tratar a Sra. Solange agradeceu a participação de todos e declarou encerrada a Assembleia Geral Ordinária e em ato contínuo declarou aberta a Assembleia Geral Extraordinária. **VIII. COMPOSIÇÃO DA MESA:** A Presidente pediu aos delegados para manter a mesa composta para a AGO e declarou aberta a Assembleia Geral Extraordinária. **IX. Ordem do dia:** 1) Alteração do art. 38 do Estatuto social, para alteração na composição do Conselho de Administração. 2) Alteração do art. 1º do Estatuto social, aumento da área de atuação; 3) Alteração do art. 24º do Estatuto social, aumento do percentual para destinação ao Fundo de reserva; **X. ABERTURA DOS TRABALHOS.** A Sra. Solange solicitou ao Secretário dos trabalhos, Sr. Rogério da Silva Oliveira, conselheiro fiscal, que efetuasse a leitura da ordem do dia da Assembleia Geral Extraordinária. Na sequência passou ao item 1 da ordem do dia. **ITEM 1, 2 e 3 DA ORDEM DO DIA.** A Sra. Solange lembrou os delegados que todas as alterações foram enviadas por e-mail para apreciação antecipada e iniciou a apresentação do item I. Alteração do Artigo 38º do Estatuto social, a presidente explicou que para a oxigenação do conselho e entrada de novos membros está sendo proposta a alteração/aumento do número de conselheiros de administração conforme segue: **Art. 38. O Conselho de Administração, eleito em Assembleia Geral, é composto por, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 11 (onze) membros efetivos, vedada a constituição de membro suplente.** Na sequência a presidente apresentou também a proposta de aumento da área de atuação com a inclusão do município de Caieiras/SP. O texto referente a área de atuação passou a ter a seguinte redação: **“Art. 1º (...) III. área de ação, para fins de instalação de dependências, limitada ao município sede e aos seguintes municípios: Diamante d’Oeste, Guaíra, Ouro Verde do Oeste, Palotina, Santa Helena, São José das Palmeiras, São Pedro do Iguaçu, Terra Roxa e Vera Cruz do Oeste, todos no Estado do Paraná. No Estado do Rio Grande do Sul nos municípios de Bento Gonçalves, Caxias do Sul, Estrela e Lajeado. No Estado de São Paulo, nos municípios de Barueri, Cajamar, Carapicuíba, Itapevi, Jandira,**

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE CRÉDITO DA REGIÃO MERIDIONAL DO BRASIL – SICOOB UNICOB MERIDIONAL – CNPJ: 05.392.810/0001-54 NIRE: 41400015246

Osasco, Santana de Parnaíba, São Paulo e Caieiras. E no Estado do Mato Grosso do Sul nos municípios de Mundo Novo, Naviraí, Itaquirai, Iguatemi e Eldorado.”

Seguindo e finalizando a ordem do dia a Sra. Solange apresentou a proposta de aumento do percentual a ser aportado no Fundo de Reserva, defendeu a importância de um fundo de reserva robusto para cooperativa dado ao seu forte crescimento nos ativos. O texto que apresenta o percentual de destinação ao fundo de reserva ficou da seguinte forma:

Art. 24. I. 70% (setenta por cento) para o Fundo de Reserva destinado a reparar perdas e atender ao desenvolvimento das atividades da Cooperativa.

Em seguida colocou todos os assuntos em discussão. Não havendo contestações colocou em votação e a proposta apresentada foi aprovada por unanimidade dos votos dos delegados presentes. **X. ENCERRAMENTO.** Nada mais havendo a tratar, a Sra. Solange agradeceu a participação de todos e declarou encerrada a assembleia geral extraordinária, cuja ata será lavrada em folhas soltas que irão compor o livro de atas, e será assinada pela presidente e pelo secretário dos trabalhos.

Toledo, 27 de março 2024.

Solange Pinzon de Carvalho Martins
Presidente do Conselho de Administração

Rogério da Silva Oliveira
Secretário da Assembleia Geral Extraordinária

ESTATUTO SOCIAL DA COOPERATIVA DE CRÉDITO DA REGIÃO MERIDIONAL
DO BRASIL - SICOOB UNICOOB MERIDIONAL

**TÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS**

**CAPÍTULO I
DA DENOMINAÇÃO, DA SEDE, DO FORO, DO PRAZO DE DURAÇÃO, DO
EXERCÍCIO SOCIAL, DA ÁREA DE AÇÃO**

Art. 1º A Cooperativa de Crédito da Região Meridional do Brasil – SICOOB UNICOOB MERIDIONAL, CNPJ nº 05.392.810/0001-54, constituída em 17 de julho de 2002, neste Estatuto Social designada simplesmente de Cooperativa, é instituição financeira não bancária, sociedade cooperativa de responsabilidade limitada, de pessoas, de natureza simples e sem fins lucrativos, regida por este Estatuto Social e pela legislação vigente, tendo:

- I. sede, administração e foro jurídico em à Rua José João Muraro, nº 1587, Bairro Jardim Porto Alegre, CEP 85.906-370, na cidade de Toledo, Estado do Paraná
- II. prazo de duração indeterminado e exercício social com duração de 12 (doze) meses, com início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano civil;
- III. área de ação, para fins de instalação de dependências, limitada ao município sede e aos seguintes municípios: Diamante d'Oeste, Guaíra, Ouro Verde do Oeste, Palotina, Santa Helena, São José das Palmeiras, São Pedro do Iguaçu, Terra Roxa e Vera Cruz do Oeste, todos no Estado do Paraná. No Estado do Rio Grande do Sul nos municípios de Bento Gonçalves, Caxias do Sul, Estrela e Lajeado. No Estado de São Paulo, nos municípios de Barueri, Cajamar, Carapicuíba, Itapevi, Jandira, Osasco, Santana de Parnaíba, São Paulo e Caieiras. E no Estado do Mato Grosso do Sul nos municípios de Mundo Novo, Naviraí, Itaquiraí, Iguatemi e Eldorado.

Parágrafo único. A área de ação da Cooperativa deverá ser homologada pela Sicoob Central Unicoob, sem prejuízo da apreciação definitiva pelo Banco Central do Brasil.

**CAPÍTULO II
DO OBJETO SOCIAL**

Art. 2º A Cooperativa tem por objeto social, além da prática de outros atos cooperativos e demais operações e serviços permitidos às cooperativas de crédito pela regulamentação aplicável:

- I. a prestação, por meio da mutualidade, de serviços financeiros a seus associados;
- II. o desenvolvimento de programas de:
 - a) poupança e de uso adequado do crédito;
 - b) educação financeira, securitária, previdenciária e fiscal, no sentido de fomentar o cooperativismo de crédito, observando os valores e princípios cooperativistas.

ESTATUTO SOCIAL DA COOPERATIVA DE CRÉDITO DA REGIÃO MERIDIONAL DO BRASIL - SICOOB UNICOOB MERIDIONAL

§ 1º A Cooperativa poderá captar recursos dos Municípios citados no inciso IV do art. 1º, bem como de seus órgãos ou entidades e das empresas por eles controladas, desde que possua dependência instalada no respectivo Município, nos termos da legislação e regulamentação em vigor.

§ 2º A Cooperativa poderá agir como substituta processual de seus associados e em defesa dos respectivos direitos coletivos, desde que haja autorização da Assembleia Geral para tal, nos termos da legislação em vigor.

§ 3º Em todos os aspectos das atividades executadas na Cooperativa devem ser observados os princípios da neutralidade política e da não discriminação por fatores religiosos, raciais, sociais, de gênero ou de quaisquer outras características pessoais.

CAPÍTULO III DA INTEGRAÇÃO AO SISTEMA DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL (SICOOB)

Art. 3º O Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (Sicoob) é um arranjo sistêmico de abrangência nacional, integrado pelas entidades previstas neste Estatuto Social e regulado por diretrizes e normas de alcance geral, resguardada a autonomia jurídica e a responsabilidade legal de cada entidade.

§ 1º O Sicoob é integrado:

- I. pelas cooperativas singulares filiadas às cooperativas centrais;
- II. pelas cooperativas centrais filiadas ao Sicoob Confederação (Sistemas Regionais);
- III. pela Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação);
- IV. pelo Banco Cooperativo Sicoob S.A. (Banco Sicoob) e demais empresas e entidades vinculadas ao Sistema.

§ 2º A Cooperativa, ao filiar-se à Sicoob Central Unicoob, integra o Sicoob, regendo-se, também por suas normas e pelas suas diretrizes sistêmicas (políticas, regimentos, regulamentos, manuais e instruções).

§ 3º A integração ao Sicoob não implica responsabilidade solidária entre as cooperativas e demais entidades que integram o Sicoob, ressalvada a responsabilidade pelas obrigações contraídas pelo Banco Cooperativo Sicoob S.A. (Banco Sicoob) perante o BNDES e a FINAME, nos termos deste Estatuto Social.

§ 4º Nos termos da legislação em vigor, a contratação, pela Cooperativa, de serviços do Banco Sicoob e de suas entidades vinculadas não forma vínculo empregatício de seus empregados com o referido Banco, nem lhes altera a condição profissional.

§ 5º A Cooperativa, por integrar o Sicoob e estar filiada à Sicoob Central Unicoob, sujeita-se às seguintes regras:

- I. aceitação da prerrogativa de a Sicoob Central Unicoob representá-la nos relacionamentos mantidos com o Banco Central do Brasil; o Sicoob

ESTATUTO SOCIAL DA COOPERATIVA DE CRÉDITO DA REGIÃO MERIDIONAL DO BRASIL - SICOOB UNICOOB MERIDIONAL

Confederação, o Banco Sicoob e demais empresas ou entidades do Sicoob; o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) e com quaisquer outros órgãos e instituições/empresas, sejam de natureza pública ou privada, podendo firmar contratos, convênios e compromissos diversos;

- II. a Central poderá delegar a representação de que trata o inciso anterior ao Sicoob Confederação, seja para representar todas ou parte das cooperativas singulares filiadas;
- III. cumprimento das decisões, das diretrizes, das regulamentações e dos procedimentos instituídos para o Sicoob e para o Sistema Regional, por meio do Estatuto Social da Sicoob Central Unicoob e demais normativos;
- IV. acesso, pela Sicoob Central Unicoob ou pelo Sicoob Confederação, a todos os dados contábeis, econômicos, financeiros e afins, bem como a todos os livros sociais, legais e fiscais, além de relatórios complementares e de registros de movimentação financeira de qualquer natureza;
- V. assistência, em caráter temporário, mediante administração em regime de cogestão, quando adotado, pela Sicoob Central Unicoob ou, em se tratando de delegação de atribuição da Central, pelo Sicoob Confederação, formalizado por meio de instrumento próprio e conforme regras sistêmicas, para sanar irregularidades ou em caso de risco para a solidez da própria Cooperativa, da Central, do Sistema Regional ou do Sicoob.

§ 6º As políticas e os demais normativos sistêmicos, aprovados no âmbito das entidades nacionais do Sicoob, têm aplicação imediata, sendo necessária adesão/aprovação pela Cooperativa apenas nos casos em que houver exigência legal, regulamentar ou do próprio Centro Cooperativo Sicoob (CCS).

§ 7º A Cooperativa é aderente ao convênio para compartilhamento e utilização de componente organizacional de ouvidoria único definido pelo Sicoob

§ 8º A marca Sicoob é de propriedade do Sicoob Confederação, e seu uso observará regulamentação própria.

CAPÍTULO IV DAS RESPONSABILIDADES

Art. 4º A Cooperativa, conforme disposições legais e normativas acerca de obrigações solidárias, aplicáveis ao sistema de garantias recíprocas, responde solidariamente com seu patrimônio, a qualquer tempo, até que as obrigações se cumpram, salvo prescrição extintiva legal, pela:

- I. insuficiência de liquidez na centralização financeira administrada pela Sicoob Central Unicoob;
- II. inadimplência de qualquer cooperativa de crédito filiada à Sicoob Central Unicoob.

Parágrafo único. A responsabilidade solidária, até o limite do prejuízo causado, poderá ser invocada diretamente pela Sicoob Central Unicoob ou por qualquer outra

ESTATUTO SOCIAL DA COOPERATIVA DE CRÉDITO DA REGIÃO MERIDIONAL DO BRASIL - SICOOB UNICOOB MERIDIONAL

filiada, desde que aquela que invocar não tenha dado causa às hipóteses de insuficiência ou inadimplência referidas nos incisos anteriores.

Art. 5º A filiação à Sicoob Central Unicoob importa, automaticamente, solidariedade da Cooperativa, nos termos do Código Civil Brasileiro, limitada ao seu patrimônio, pelas obrigações contraídas pelo Banco Sicoob perante o BNDES e a FINAME, com a finalidade de financiar os associados da Cooperativa ou do conjunto das demais filiadas, perdurando esta responsabilidade nos casos de demissão, eliminação ou exclusão, até a integral liquidação das obrigações contraídas perante o BNDES e a FINAME, contratadas até a data em que se deu a demissão, eliminação ou exclusão.

§ 1º A integração ao Sicoob implica, também, responsabilidade subsidiária da Cooperativa, pelas obrigações mencionadas no caput deste artigo, quando os beneficiários dos recursos forem associados de cooperativas singulares filiadas a outras cooperativas centrais integrantes do Sicoob.

§ 2º A responsabilidade prevista no parágrafo anterior somente poderá ser invocada depois de judicialmente exigida do Banco Sicoob e a da própria Cooperativa a que estiverem associados os beneficiários dos recursos.

Art. 6º A Cooperativa responde, subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela Sicoob Central Unicoob perante terceiros, até o limite do valor das quotas-partes de capital que subscrever, perdurando essa responsabilidade, nos casos de demissão, de eliminação ou de exclusão, até a data em que se deu o desligamento.

TÍTULO II DOS ASSOCIADOS

CAPÍTULO I DA ÁREA DE ATUAÇÃO

Art. 7º Podem associar-se à Cooperativa todas as pessoas naturais, jurídicas e entes despersonalizados que concordem com o presente Estatuto Social e preencham as condições nele estabelecidas, bem como tenham residência ou estejam estabelecidos no território nacional.

§ 1º O número de associados será ilimitado quanto ao máximo, não podendo ser inferior a 20 (vinte).

§ 2º Não podem associar-se as pessoas jurídicas e os entes despersonalizados cujas atividades principais sejam efetivamente concorrentes com as atividades principais da própria Cooperativa.

§ 3º A possibilidade de associação descrita no caput engloba também os conselhos de fiscalização profissional.

Art. 8º Para adquirir a qualidade de associado, o interessado deverá ter a sua admissão aprovada pelo Conselho de Administração, subscrever e integralizar as quotas-partes na forma prevista neste Estatuto Social e assinar os documentos necessários para a efetivação da associação.

ESTATUTO SOCIAL DA COOPERATIVA DE CRÉDITO DA REGIÃO MERIDIONAL DO BRASIL - SICOOB UNICOOB MERIDIONAL

§ 1º O Conselho de Administração poderá recusar a admissão do interessado que apresentar restrições em órgãos de proteção ao crédito ou no Banco Central do Brasil.

§ 2º O Conselho de Administração poderá delegar à Diretoria Executiva a aprovação de admissões, observadas as regras deste Estatuto Social.

CAPÍTULO II DOS DIREITOS

Art. 9º São direitos dos associados:

- I. escolher os delegados da Cooperativa, conforme disposto neste Estatuto Social e em regulamento próprio, podendo participar das Assembleias Gerais sem direito a voz e voto;
- II. ser votado para os cargos sociais, desde que atendidas às disposições legais e/ou regulamentares pertinentes;
- III. propor, por escrito, medidas que julgar convenientes aos interesses sociais;
- IV. beneficiar-se das operações e dos serviços prestados pela Cooperativa, observadas as regras estatutárias e os instrumentos de regulação;
- V. examinar e pedir informações, por escrito, sobre documentos, ressalvados aqueles protegidos por sigilo;
- VI. tomar conhecimento dos normativos internos da Cooperativa;
- VII. demitir-se da Cooperativa quando lhe convier.

Parágrafo único. Não pode votar e nem ser votado o associado pessoa natural que preste serviço em caráter não eventual à Cooperativa.

CAPÍTULO III DOS DEVERES

Art. 10. São deveres dos associados:

- I. satisfazer, pontualmente, os compromissos que contrair com a Cooperativa;
- II. cumprir as disposições deste Estatuto Social, dos regimentos internos, das deliberações das Assembleias Gerais, do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva, bem como dos instrumentos de normatização sistêmicos destinados direta ou indiretamente aos associados;
- III. zelar pelos valores morais, éticos, sociais e materiais da Cooperativa;
- IV. respeitar as boas práticas de movimentação financeira, tendo sempre em vista que a cooperação é obra de interesse comum ao qual não se deve sobrepor interesses individuais;
- V. realizar suas operações financeiras preferencialmente na Cooperativa, mantendo suas informações cadastrais atualizadas;

ESTATUTO SOCIAL DA COOPERATIVA DE CRÉDITO DA REGIÃO MERIDIONAL DO BRASIL - SICOOB UNICOOB MERIDIONAL

- VI. não desviar a aplicação de recursos específicos obtidos na Cooperativa para finalidades não propostas nos financiamentos, permitindo, quando for o caso, ampla fiscalização da Cooperativa, do Banco Central do Brasil e das instituições financeiras envolvidas na concessão;
- VII. comunicar, por meio do Canal de Comunicação de Indícios de Ilícitude do Sicoob, sem a necessidade de se identificar, situações com indícios de ilícitude de qualquer natureza, relacionadas às atividades da Cooperativa.

CAPÍTULO IV DOS CASOS DE DESLIGAMENTO DE ASSOCIADOS

SEÇÃO I DA DEMISSÃO

Art. 11. A demissão do associado, que não poderá ser negada, dar-se-á unicamente a seu pedido e será formalizada por escrito.

§ 1º O Conselho de Administração será comunicado sobre os pedidos de demissão em sua primeira reunião subsequente à data de protocolo do pedido.

§ 2º Na ocasião da demissão deve ser adimplida qualquer obrigação existente entre o associado e a Cooperativa, ainda que não vencida, desde que os correspondentes instrumentos prevejam a demissão como hipótese de vencimento antecipado da obrigação.

§ 3º A data da demissão do associado será a data do protocolo do pedido de demissão na Cooperativa.

SEÇÃO II DA ELIMINAÇÃO

Art. 12. A eliminação do associado é aplicada em virtude de infração legal ou estatutária, ou ainda quando:

- I. exercer qualquer atividade considerada prejudicial à Cooperativa, inclusive infringir dispositivos infra estatutários aplicáveis, como: regimentos, regulamentos, manuais e outros normativos internos e sistêmicos;
- II. praticar atos que, a critério da Cooperativa, a desabonem, como emissão de cheques sem fundos em qualquer instituição financeira, inclusão nos sistemas de proteção ao crédito, pendências registradas no Banco Central do Brasil, atrasos em operações de crédito e operações baixadas em prejuízo na Cooperativa;
- III. deixar de honrar os compromissos assumidos perante a Cooperativa ou terceiro, para o qual a Cooperativa tenha prestado garantia e venha ser obrigada a honrá-la em decorrência da inadimplência do associado;
- IV. divulgar entre os demais associados e/ou perante a comunidade a prática de falsas irregularidades na Cooperativa ou violar sigilo de operação ou de serviço prestado pela Cooperativa.

ESTATUTO SOCIAL DA COOPERATIVA DE CRÉDITO DA REGIÃO MERIDIONAL DO BRASIL - SICOOB UNICOOB MERIDIONAL

§ 1º A eliminação do associado será decidida e registrada em ata de reunião do Conselho de Administração.

§ 2º O associado será notificado por meio de carta, e-mail ou outro meio de comunicação constante na ficha cadastral ou localizado pela Cooperativa, com arquivamento de evidência da notificação, devendo estar descrito o que motivou a eliminação, por processo que comprove as datas de remessa e de recebimento, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data de reunião do Conselho de Administração em que houve a eliminação.

§ 3º O associado eliminado terá direito a interpor recurso, em até 30 (trinta) dias após o recebimento da notificação prevista nos parágrafos anteriores, com efeito suspensivo para a primeira Assembleia Geral que se realizar.

SEÇÃO III DA EXCLUSÃO

Art. 13. A exclusão do associado será feita nos seguintes casos:

- I. dissolução da pessoa jurídica;
- II. morte da pessoa natural;
- III. incapacidade civil não suprida;
- IV. deixar de atender aos requisitos estatutários de ingresso ou permanência na Cooperativa.

Parágrafo único. A exclusão com fundamento no inciso IV será por ato do Conselho de Administração, observadas as regras para eliminação de associados.

CAPÍTULO V DAS RESPONSABILIDADES E DA READMISSÃO

Art. 14. A responsabilidade do associado por compromissos da Cooperativa perante terceiros é limitada ao valor de suas quotas-partes.

§ 1º Em caso de desligamento do quadro social, a responsabilidade descrita no caput perdurará até a aprovação das contas do exercício em que se deu o desligamento.

§ 2º As obrigações contraídas por associados com a Cooperativa, em caso de morte, passarão aos seus herdeiros.

Art. 15. O associado que se demitiu somente poderá apresentar novo pedido de admissão ao quadro social da Cooperativa após 1 (um) ano, contado(s) do pagamento, pela Cooperativa, da última parcela das quotas-partes restituídas.

Parágrafo único. A readmissão do associado que se demitiu não está condicionada ao prazo previsto no caput caso ainda não tenham sido restituídas todas as parcelas de seu capital.

Art. 16. O associado que foi eliminado ou excluído pelo motivo expresso no inciso IV do art. 13 deste Estatuto Social somente poderá apresentar novo pedido de

ESTATUTO SOCIAL DA COOPERATIVA DE CRÉDITO DA REGIÃO MERIDIONAL DO BRASIL - SICOOB UNICOOB MERIDIONAL

admissão ao quadro social da Cooperativa após 5 (cinco) anos, contados a partir do pagamento, pela Cooperativa, da última parcela das quotas-partes restituídas.

TÍTULO III

DO CAPITAL SOCIAL

CAPÍTULO I DA FORMAÇÃO DO CAPITAL

SEÇÃO I DAS CONSIDERAÇÕES GERAIS

Art. 17. O capital social da Cooperativa é dividido em quotas-partes de R\$ 1,00 (um real) cada uma, ilimitado quanto ao máximo e variável conforme o número de associados, e o capital mínimo da Cooperativa não poderá ser inferior a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

§ 1º As quotas-partes do associado são impenhoráveis, indivisíveis e intransferíveis a terceiros não associados da Cooperativa, ainda que por herança, não podendo com eles ser negociadas e nem dadas em garantia, nos termos da legislação vigente.

§ 2º O capital integralizado pelos associados poderá ser remunerado, na forma da legislação em vigor e conforme deliberação do Conselho de Administração, que estipulará os juros, a periodicidade e a forma de pagamento.

Art. 18. No ato de admissão, o associado subscreverá e integralizará, à vista e em moeda corrente, no mínimo, 01 (uma) quota-parte.

§ 1º Nenhum associado poderá subscrever mais de 1/3 (um terço) do total de quotas-partes do capital social da Cooperativa.

§ 2º As quotas-partes integralizadas responderão como garantia das obrigações que o associado assumir com a Cooperativa, nos termos do art. 20, I, deste Estatuto Social.

§ 3º A quota-parte não poderá ser cedida ou oferecida em garantia de operações com terceiros.

§ 4º Não é exigida a complementação de capital por parte dos associados que já compõem o quadro social da Cooperativa, na hipótese em que houver posterior aumento do número mínimo de quotas-partes para associação de que trata o caput.

§ 5º Havendo posterior redução do número mínimo de quotas-partes de que trata o caput, não é devida a correspondente devolução da parte excedente, ressalvadas as hipóteses de resgate ordinário e eventual de capital, conforme previsto neste Estatuto Social.

Art. 19. O filho ou dependente legal com idade entre 1 (um) dia de vida até 18 (dezoito) anos incompletos poderá se associar e manter conta-corrente na Cooperativa desde que representado ou assistido pelos pais ou representante legal, devendo subscrever e integralizar o capital social mínimo previsto no artigo anterior.

ESTATUTO SOCIAL DA COOPERATIVA DE CRÉDITO DA REGIÃO MERIDIONAL
DO BRASIL - SICOOB UNICOOB MERIDIONAL

Parágrafo único. Qualquer questão omissa referente a essa matéria será decidida pelo Conselho de Administração.

SEÇÃO II
DO RELACIONAMENTO POR MEIO ELETRÔNICO

Art. 20. No ato de admissão, o associado pessoa natural, inclusive o microempreendedor individual (MEI), pessoa jurídica ou ente despersonalizado, que tenha por objetivo a abertura de conta de depósitos e a manutenção desse relacionamento exclusivamente por meio eletrônico subscreverá e integralizará, à vista e em moeda corrente, 20 (vinte) quotas-partes de R\$ 1,00 (um real) cada uma, equivalentes a 20 (vinte reais).

Parágrafo único. Considera-se relacionamento por meio eletrônico com a Cooperativa aquele determinado pelo uso dos meios eletrônicos, assim entendidos os instrumentos e os canais remotos utilizados para comunicação e troca de informações, sem contato presencial, entre o associado e a Cooperativa, na forma da regulamentação em vigor.

CAPÍTULO II
DA MOVIMENTAÇÃO DAS QUOTAS-PARTES

SEÇÃO I
DO RESGATE ORDINÁRIO

Art. 21. Nos casos de desligamento, o associado terá direito à devolução de suas quotas-partes integralizadas, acrescidas dos respectivos juros, quando houver, e do valor decorrente de conversão de sobras, ou reduzidas das respectivas perdas, observado, além de outras disposições deste Estatuto Social, o seguinte:

- I. a Cooperativa poderá promover a compensação entre o valor total do débito do associado, referente a todas as suas operações vencidas e vincendas, e seu crédito oriundo das respectivas quotas-partes;
 - a) a devolução das quotas-partes será realizada após a aprovação, pela Assembleia Geral, do balanço do exercício em que se deu o desligamento do associado;
 - b) em casos de desligamento, o valor a ser devolvido pela Cooperativa ao associado será dividido em até 10 (dez) parcelas mensais e consecutivas;
 - c) os herdeiros de associado falecido terão o direito de receber os valores das quotas-partes do capital e demais créditos existentes em nome do de cujus, atendidos aos requisitos legais, apurados por ocasião do encerramento do exercício social em que se deu o falecimento, em até 10 (dez) parcelas mensais e consecutivas;
 - d) os valores das parcelas de devolução nunca serão inferiores aos estipulados pelo Conselho de Administração.

§ 1º Caso o valor das quotas-partes seja inferior ao total do débito do associado desligado e haja a compensação citada no art. 21, I, o associado desligado

ESTATUTO SOCIAL DA COOPERATIVA DE CRÉDITO DA REGIÃO MERIDIONAL DO BRASIL - SICOOB UNICOOB MERIDIONAL

continuará responsável pelo saldo remanescente apurado, podendo a Cooperativa tomar todas as providências cabíveis ao caso.

§ 2º A restituição de capital social para associado desligado depende da observância dos limites de patrimônio exigíveis na forma da regulamentação em vigor.

§ 3º Os saldos de capital, de remuneração de capital ou de sobras a pagar não procurados pelos associados demitidos, eliminados ou excluídos serão revertidos ao Fundo de Reserva da Cooperativa após decorridos 5 (cinco) anos da demissão, da eliminação ou da exclusão.

SEÇÃO II DO RESGATE EVENTUAL

Art. 22. Ao associado pessoa natural, ou pessoa jurídica que cumprir as disposições deste Estatuto Social, não estiver inadimplente perante a Cooperativa, será facultada a devolução de suas quotas-partes, desde que preservado, além do número mínimo de quotas-partes, o cumprimento dos limites estabelecidos pela regulamentação em vigor e a integridade e inexigibilidade do capital e patrimônio líquido, cujos recursos devem permanecer por prazo suficiente para refletir a estabilidade inerente à natureza de capital fixo da instituição. Também deve ser observado o seguinte:

§ 1º O Conselho de Administração deliberará acerca das condições aplicáveis ao resgate eventual, observado que os valores das parcelas de devolução nunca serão inferiores aos estipulados pelo Conselho de Administração;

§ 2º Tornando-se inadimplente em qualquer operação, o associado perderá automaticamente o direito de receber as parcelas do resgate eventual vencidas e não pagas ou vincendas, podendo a Cooperativa aplicar a compensação prevista neste Estatuto Social.

TÍTULO IV DO BALANÇO, DAS SOBRAS, DAS PERDAS E DOS FUNDOS

CAPÍTULO I DO BALANÇO, DAS SOBRAS E DAS PERDAS

Art. 23. O balanço e os demonstrativos de sobras e perdas serão elaborados semestralmente, em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, devendo, também, ser elaborados balancetes de verificação mensais, devendo ser observado o seguinte para as sobras e perdas:

§ 1º As sobras, deduzidos os valores destinados à formação dos fundos obrigatórios, ficarão à disposição da Assembleia Geral, que deliberará:

- I. pela destinação aos associados, proporcionalmente às operações realizadas com a Cooperativa segundo fórmula de cálculo estabelecida pela Assembleia Geral;
- II. pela constituição de outros fundos ou destinação aos fundos existentes;
- III. pela constituição de reservas;

ESTATUTO SOCIAL DA COOPERATIVA DE CRÉDITO DA REGIÃO MERIDIONAL DO BRASIL - SICOOB UNICOOB MERIDIONAL

- IV.** pela compensação de perdas de exercícios anteriores, desde que a cooperativa:
- a) se mantenha ajustada aos limites de patrimônio exigíveis na forma da regulamentação vigente;
 - b) conserve o controle da parcela correspondente a cada associado no saldo das perdas retidas, conforme rateio previsto no inciso III do § 2º deste artigo;
 - c) atenda aos demais requisitos exigidos pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Sicoob;
- V.** por outras destinações específicas, desde que permitidas pela legislação e regulamentação em vigor.

§ 2º O saldo ao final do exercício social referente às perdas apuradas deve ser:

- I. mantido na conta de sobras ou perdas acumuladas;
- II. absorvido com a utilização de recursos provenientes do saldo existente do Fundo de Reserva e das demais reservas constituídas para este fim;
- III. rateado entre os associados, somente quando os recursos das reservas mencionadas na alínea anterior forem insuficientes e considerando-se as operações realizadas ou mantidas na Cooperativa, excetuando-se o valor das quotas-partes integralizadas, segundo fórmula de cálculo estabelecida pela Assembleia Geral, observada a regulamentação em vigor.

CAPÍTULO II DOS FUNDOS

Art. 24. Das sobras apuradas no exercício serão deduzidos os seguintes percentuais para os fundos obrigatórios:

- I. 70% (setenta por cento) para o Fundo de Reserva destinado a reparar perdas e atender ao desenvolvimento das atividades da Cooperativa.
- II. 5% (cinco por cento) para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (Fates) destinado à prestação de assistência aos associados e a seus familiares, aos empregados da Cooperativa e à comunidade situada em sua área de ação.

§ 1º Poderão ser canalizados ao Fundo de Reserva, antes da apuração das destinações obrigatórias, as doações sem destinação específica e, a critério do Conselho de Administração, os valores em prejuízo recuperados de exercícios anteriores e outros valores objeto de recuperação, inclusive em decorrência da legislação aplicável.

§ 2º Além dos previstos nos incisos I e II deste artigo, a Assembleia Geral poderá criar outros fundos, inclusive rotativos, com recursos destinados a fins específicos, fixando o modo de formação, aplicação e liquidação.

ESTATUTO SOCIAL DA COOPERATIVA DE CRÉDITO DA REGIÃO MERIDIONAL
DO BRASIL - SICOOB UNICOOB MERIDIONAL

**TÍTULO V
DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL**

**CAPÍTULO I
DOS ÓRGÃOS SOCIAIS**

Art. 25. A estrutura de governança corporativa da Cooperativa é composta pelos seguintes órgãos sociais:

- I. Assembleia Geral;
- II. Conselho de Administração
- III. Diretoria Executiva;
- IV. Conselho Fiscal

Parágrafo único. O Conselho de Administração tem atribuições estratégicas, orientadoras, eletivas e supervisoras, não abrangendo funções operacionais ou executivas, as quais estão a cargo da Diretoria Executiva.

**CAPÍTULO II
DA ASSEMBLEIA GERAL**

**SEÇÃO I
DA COMPETÊNCIA PARA A CONVOCAÇÃO**

Art. 26. A Assembleia Geral será normalmente convocada pelo presidente do Conselho de Administração.

§ 1º A Assembleia Geral poderá, também, ser convocada pelo Conselho de Administração ou pelo Conselho Fiscal, ou por 1/5 (um quinto) dos associados em pleno gozo de direitos, após solicitação, não atendida pelo presidente do Conselho de Administração, no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da data de protocolização da solicitação.

§ 2º A Sicoob Central Unicoob poderá, no exercício da supervisão local, solicitar que a Cooperativa convoque Assembleia Geral Extraordinária nos seguintes casos:

- I. situações de risco no âmbito da cooperativa singular filiada;
- II. fraudes e irregularidades comprovadas em Auditoria;
- III. ausência de preservação dos princípios cooperativistas.

§ 3º A Sicoob Central Unicoob poderá, mediante decisão do respectivo Conselho de Administração, convocar Assembleia Geral Extraordinária da Cooperativa se a solicitação prevista no § 2º não for atendida no prazo de 10 (dez) dias corridos.

**SEÇÃO II
DO PRAZO DE CONVOCAÇÃO**

ESTATUTO SOCIAL DA COOPERATIVA DE CRÉDITO DA REGIÃO MERIDIONAL DO BRASIL - SICOOB UNICOOB MERIDIONAL

Art. 27. A Assembleia Geral será convocada com antecedência mínima de 10 (dez) dias corridos e divulgada, em destaque, no sítio eletrônico da Cooperativa ou em repositório de acesso público irrestrito na rede mundial de computadores.

Parágrafo único. Não havendo, no horário estabelecido para primeira convocação, quórum de instalação, a assembleia poderá realizar-se em segunda e terceira convocações, no mesmo dia da primeira, com o intervalo mínimo de 1 (uma) hora entre a realização por uma ou outra convocação, desde que assim conste do respectivo edital.

SEÇÃO III DO EDITAL

Art. 28. O edital de convocação da Assembleia Geral deverá conter, no mínimo:

- I. a denominação social completa da Cooperativa, CNPJ e Número de Inscrição no Registro de Empresa (NIRE), seguida de indicação de que se trata de edital de convocação de Assembleia Geral Ordinária e/ou Extraordinária;
- II. a forma como será realizada a Assembleia Geral;
- III. o dia e a hora da assembleia em cada convocação, observado o intervalo mínimo de uma hora entre cada convocação, assim como o endereço do local de realização, o qual, salvo motivo justificado, será sempre o da sede social;
- IV. a sequência numérica das convocações e o quórum de instalação;
- V. os assuntos que serão objeto de deliberação;
- VI. o modo de acesso aos meios de comunicação disponibilizados para participação dos delegados, no caso de realização de Assembleia Geral a distância ou simultaneamente presencial e a distância;
- VII. os procedimentos para acesso ao sistema de votação, bem como o período para acolhimento dos votos;
- VIII. o local, a data, o nome, o cargo e a assinatura do responsável pela convocação, conforme o art. 25 deste Estatuto Social.

Parágrafo único. No caso de a convocação ser feita por associados, o edital deve ser assinado, no mínimo, por 4 (quatro) dos signatários do documento por meio do qual foi requerida.

SEÇÃO IV DO QUÓRUM DE INSTALAÇÃO

Art. 29. O quórum mínimo de instalação da Assembleia Geral, verificado pelas assinaturas lançadas no livro de presenças da assembleia, é o seguinte:

- I. 2/3 (dois terços) dos delegados, em primeira convocação;
- II. metade mais 1 (um) dos delegados, em segunda convocação;
- III. 10 (dez) delegados, em terceira convocação.

ESTATUTO SOCIAL DA COOPERATIVA DE CRÉDITO DA REGIÃO MERIDIONAL DO BRASIL - SICOOB UNICOOB MERIDIONAL

Parágrafo único. Não se conseguindo realizar Assembleia Geral de delegados por falta de quórum, será reiterada a convocação para nova data. Persistindo a impossibilidade de reunião nessa segunda tentativa, será automaticamente convocada Assembleia Geral de associados para deliberar sobre os assuntos da ordem do dia e/ou reformar o Estatuto Social da Cooperativa, extinguindo o instituto da representação por delegados.

SEÇÃO V DO FUNCIONAMENTO

Art. 30. Os trabalhos da Assembleia Geral serão ordinariamente dirigidos pelo presidente do Conselho de Administração.

§ 1º Na ausência do presidente do Conselho de Administração, assumirá a direção da Assembleia Geral o vice-presidente e, na ausência deste, um dos membros do Conselho de Administração, que poderá nomear um secretário entre os demais membros deste Conselho ou um associado indicado pelos presentes na Assembleia.

§ 2º Quando a Assembleia Geral não for convocada pelo presidente do Conselho de Administração, os trabalhos serão dirigidos pelo primeiro signatário do edital de convocação e secretariados por associado escolhido na ocasião.

§ 3º Quando a Assembleia Geral for convocada pela Sicoob Central Unicoob, os trabalhos serão dirigidos pelo representante da Sicoob Central Unicoob e secretariados por convidado pelo primeiro.

§ 4º O presidente da Assembleia ou seu substituto poderá escolher empregado ou associado da Cooperativa para secretariar a Assembleia e lavrar a ata.

SUBSEÇÃO I DA REPRESENTAÇÃO

Art. 31. Nas Assembleias Gerais, os associados serão representados por 75 (setenta e cinco) delegados, eleitos pelo método do quociente eleitoral, com mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição.

§ 1º Define-se quociente eleitoral como o resultado da divisão do número total de associados pelo número total de vagas para delegados fixado no caput, desprezada a fração se igual ou inferior a meio, equivalente a um, se superior.

§ 2º Cada Seccional receberá, inicialmente, o número de delegados resultante da divisão do número de associados daquela Seccional pelo quociente eleitoral, desprezada a fração.

§ 3º A eleição dos delegados ocorrerá 4º (quarto) trimestre do ano civil e o mandato se iniciará no primeiro dia útil do trimestre subsequente.

§ 4º A Cooperativa, mediante edital no qual se fará referência aos princípios definidos neste artigo, convocará todos os associados, concedendo prazo de 30 (trinta) dias para inscrição dos interessados em se candidatar. Encerrado o prazo de inscrição, divulgará, para todo o corpo social, os nomes dos candidatos inscritos por grupo seccional.

ESTATUTO SOCIAL DA COOPERATIVA DE CRÉDITO DA REGIÃO MERIDIONAL DO BRASIL - SICOOB UNICOOB MERIDIONAL

§ 5º Nas Assembleias Gerais, os delegados estão vinculados às deliberações das respectivas seccionais que representam, sempre que as matérias tiverem sido votadas nesses fóruns, conforme registro em ata de pré-assembleia, sendo desconsiderados eventuais votos contrários a essas decisões.

§ 6º As demais disposições relativas à eleição, às Seccionais e ao exercício do cargo de delegados serão estabelecidas em regulamento próprio.

SUBSEÇÃO II DO VOTO

Art. 32. Em regra, a votação será aberta, mas a Assembleia Geral poderá optar pelo voto secreto.

§ 1º Os ocupantes de cargos estatutários, bem como quaisquer outros delegados, não poderão votar nos assuntos de que tenham interesse direto ou indireto, entre os quais os relacionados à prestação de contas e à fixação de honorários, mas não ficarão privados de tomar parte nos respectivos debates.

§ 2º As deliberações na Assembleia Geral serão tomadas por maioria de votos dos delegados presentes com direito a votar, exceto quando se tratar dos assuntos de competência exclusiva da Assembleia Geral Extraordinária, enumerados no art. 36, quando serão necessários os votos de 2/3 (dois terços) dos delegados presentes.

SUBSEÇÃO III DA SESSÃO PERMANENTE

Art. 33. A Assembleia Geral poderá ficar em sessão permanente até a solução dos assuntos a deliberar, desde que:

- I. sejam determinados o local, a data e a hora de prosseguimento da sessão;
- II. conste da respectiva ata o quórum de instalação, verificado na abertura quanto no reinício;
- III. seja respeitada a ordem do dia constante do edital.

Parágrafo único. Para continuidade da Assembleia Geral é obrigatória a publicação de novo edital de convocação, exceto se o lapso de tempo entre a suspensão e o reinício da reunião não possibilitar o cumprimento do prazo legal para essa publicação.

SEÇÃO VI DAS DELIBERAÇÕES

Art. 34. É de competência da Assembleia Geral deliberar sobre:

- I. aquisição, alienação, doação e/ou oneração dos bens imóveis de uso próprio da Cooperativa;
- II. destituição de membros do Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal;

ESTATUTO SOCIAL DA COOPERATIVA DE CRÉDITO DA REGIÃO MERIDIONAL DO BRASIL - SICOOB UNICOOB MERIDIONAL

- III. aprovação do regulamento eleitoral e da política de governança corporativa e demais políticas de alçada da Assembleia Geral exigidas pela regulamentação em vigor;
- IV. aprovação do regulamento de eleição de delegados;
- V. julgamento de recurso de associado que não concordar com a eliminação, nos termos do art. 12, § 3º deste Estatuto Social;
- VI. filiação e demissão da Cooperativa à Sicoob Central Unicoob.

**CAPÍTULO III
DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

Art. 35. A Assembleia Geral Ordinária será realizada obrigatoriamente uma vez por ano, no decorrer dos 4 (quatro) primeiros meses do exercício social, para deliberar sobre os seguintes assuntos que deverão constar da ordem do dia:

- I. prestação de contas dos órgãos de administração, acompanhada do parecer do Conselho Fiscal, compreendendo:
 - a) relatório da gestão;
 - b) balanço;
 - c) relatório da auditoria independente;
 - d) demonstrativo das sobras apuradas ou das perdas decorrentes da insuficiência das contribuições para cobertura das despesas da Cooperativa.
- II. destinação das sobras apuradas, deduzidas as parcelas para os fundos obrigatórios, ou rateio das perdas verificadas no exercício findo;
- III. estabelecimento da fórmula de cálculo a ser aplicada na distribuição de sobras e no rateio de perdas com base nas operações de cada associado realizadas ou mantidas durante o exercício, excetuando-se o valor das quotas-partes integralizadas;
- IV. eleição dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Cooperativa, quando for o caso;
- V. por ocasião da eleição e quando prevista a alteração, fixação do valor das cédulas de presença, honorários ou gratificações dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;
- VI. a cada início de mandato ou quando necessário, aprovação da política de remuneração dos ocupantes de cargos na Diretoria Executiva, prevendo o valor global para pagamento dos honorários, gratificações e/ou benefícios;
- VII. quaisquer assuntos de interesse social, devidamente mencionados no edital de convocação, excluídos os enumerados no art. 36 deste Estatuto Social.

ESTATUTO SOCIAL DA COOPERATIVA DE CRÉDITO DA REGIÃO MERIDIONAL DO BRASIL - SICOOB UNICOOB MERIDIONAL

§ 1º. A realização da Assembleia Geral Ordinária deverá respeitar um período mínimo de 10 (dez) dias após a divulgação das demonstrações contábeis de encerramento do exercício.

§ 2º. Com vistas a uma maior participação do quadro social e para efetividade do princípio da transparência, as matérias objeto da ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária devem ser previamente discutidas nas respectivas seccionais ou comunidades da área de atuação da Cooperativa.

CAPÍTULO IV DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Art. 36. A Assembleia Geral Extraordinária será realizada sempre que necessário e poderá deliberar sobre qualquer assunto de interesse da Cooperativa, desde que mencionado em edital de convocação, tendo os seguintes assuntos de sua competência exclusiva:

- I. reforma do Estatuto Social;
- II. fusão, incorporação ou desmembramento;
- III. mudança do objeto social;
- IV. dissolução voluntária da sociedade e nomeação de liquidantes;
- V. prestação de contas do liquidante.

Parágrafo único. São necessários os votos de 2/3 (dois terços) dos delegados presentes, com direito a votar, para tornar válidas as deliberações de que trata este artigo.

CAPÍTULO V DOS ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS SEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 37. O processo eleitoral, as condições de ocupação e as questões relacionadas à inelegibilidade no tocante aos cargos estatutários da Cooperativa seguem o disposto na legislação e regulamentação em vigor, bem como no respectivo regulamento eleitoral, devendo ser observadas também as seguintes condições para ocupação e exercício de cargo estatutário:

- I. ser associado, pessoa natural da Cooperativa
- II. não ser cônjuge ou companheiro(a), nem possuir parentesco até 2º (segundo) grau, em linha reta ou colateral, consanguíneos ou afins, com integrantes dos Conselhos de Administração e Fiscal e da Diretoria Executiva;
- III. não estar em exercício de cargo político, nos termos da legislação eleitoral e deste Estatuto Social;

ESTATUTO SOCIAL DA COOPERATIVA DE CRÉDITO DA REGIÃO MERIDIONAL DO BRASIL - SICOOB UNICOOB MERIDIONAL

- IV. possuir capacitação técnica compatível com as atribuições do cargo, comprovada com base na formação acadêmica, experiência profissional ou em outros quesitos relevantes previstos em regras sistêmicas, por intermédio de documentos e declaração firmada pela Cooperativa, providências essas dispensadas nos casos de reeleição;
- V. cumprir o Pacto de Ética do Sicoob;
- VI. para os cargos estatutários de administração, estar aderente à política de sucessão de administradores.

§ 1º Na hipótese de o membro do órgão estatutário ser indicado como candidato a cargo político eletivo, nos termos da legislação eleitoral, deverá apresentar pedido de afastamento (ausência temporária) das funções na Cooperativa em até 48h (quarenta e oito horas) após a data da solicitação do registro da candidatura na Justiça Eleitoral, sob pena de vacância do cargo.

§ 2º Para os fins do inciso III deste artigo, entende-se por cargo político:

- I. posto eletivo: aqueles agentes políticos investidos em seus cargos por meio de processos eleitorais (Vereador, Prefeito, Deputado Estadual, Distrital e Federal, Senador, Governador e Presidente da República), conforme a legislação eleitoral vigente;
- II. membro de executiva partidária: as pessoas que, filiadas a um determinado Partido, são eleitas para ocupar cargos executivos no Partido, assumindo funções de Presidente, Vice-Presidente, Secretário e Tesoureiro ou cargos equivalentes, conforme a regulamentação própria do Partido;
- III. posto nomeado, designado ou delegado: aqueles agentes políticos investidos em seus cargos por nomeação, designação ou delegação (Ministros de Estado, Secretários Estaduais, Distritais e Municipais).

§ 3º Os membros dos órgãos estatutários serão investidos em seus cargos mediante termo de posse em até, no máximo, 30 (trinta) dias, contados da aprovação da eleição pelo Banco Central do Brasil, e permanecerão em exercício até a posse de seus substitutos.

SEÇÃO II DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

SUBSEÇÃO I DA COMPOSIÇÃO E DO MANDATO

Art. 38. O Conselho de Administração, eleito em Assembleia Geral, é composto por, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 11 (onze) membros efetivos, vedada a constituição de membro suplente.

Parágrafo único. Os membros do Conselho de Administração, incluindo o presidente e o vice-presidente, serão eleitos conforme os respectivos cargos descritos no registro da chapa, seguindo o disposto no regulamento eleitoral

ESTATUTO SOCIAL DA COOPERATIVA DE CRÉDITO DA REGIÃO MERIDIONAL
DO BRASIL - SICOOB UNICOOB MERIDIONAL

Art. 39. O mandato do Conselho de Administração é de 3 (três) anos, sendo obrigatória, ao término de cada período, a renovação de, no mínimo, 1/3 (um terço) de seus membros.

Parágrafo único. O mandato dos conselheiros de administração estender-se-á até a posse dos seus substitutos.

SUBSEÇÃO II
DAS REUNIÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 40. O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, em dia e hora previamente marcados, e, extraordinariamente, sempre que necessário, por convocação do presidente, ou da maioria do Conselho de Administração ou pelo Conselho Fiscal:

- I. as reuniões se realizarão com a presença mínima de metade mais um dos membros;
- II. as deliberações serão tomadas pela maioria simples de votos dos presentes;
- III. os assuntos tratados e as deliberações resultantes serão consignados em atas.

§ 1º O presidente do Conselho de Administração votará com o fim único e exclusivo de desempatar a votação.

§ 2º Deve abster-se da discussão e votação o membro que tiver qualquer conflito de interesse em determinada deliberação.

SUBSEÇÃO III
DAS AUSÊNCIAS, DOS IMPEDIMENTOS E DA VACÂNCIA DE
CARGOS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 41. Para ausências, impedimentos e vacância de cargos do Conselho de Administração, a Cooperativa deve observar as seguintes disposições:

- I. nas ausências ou impedimentos temporários iguais ou inferiores a 60 (sessenta) dias corridos, o presidente do Conselho de Administração será substituído pelo vice-presidente;
- II. nas ausências ou impedimentos superiores a 60 (sessenta) dias corridos ou na vacância dos cargos de presidente e de vice-presidente, o Conselho de Administração designará substitutos escolhidos entre seus membros;
- III. constituem, entre outras, hipóteses de vacância automática do cargo de conselheiro de administração:
 - a) morte ou incapacidade que impossibilite o conselheiro de exprimir sua vontade ou desempenhar suas atribuições;
 - b) renúncia;
 - c) destituição;

ESTATUTO SOCIAL DA COOPERATIVA DE CRÉDITO DA REGIÃO MERIDIONAL DO BRASIL - SICOOB UNICOOB MERIDIONAL

- d) não comparecimento, sem a devida justificativa a 3 (três) reuniões ordinárias consecutivas ou a 6 (seis) alternadas durante o exercício social;
- e) patrocínio, como parte ou procurador, de ação judicial contra a própria Cooperativa, salvo aquelas que visem ao exercício do próprio mandato;
- f) desligamento do quadro de associados da Cooperativa;
- g) diplomação, eleição ou nomeação para cargo político nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 36 deste Estatuto Social.

§ 1º Para que não haja vacância automática do cargo eletivo no caso de não comparecimento a reuniões, as justificativas para as ausências deverão ser formalizadas, registradas em ata e aceitas pelos demais membros do Conselho de Administração.

§ 2º Ficando vagos, por qualquer tempo, metade ou mais dos cargos do Conselho de Administração, deverá ser convocada, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ocorrência, Assembleia Geral para o preenchimento dos cargos vagos.

§ 3º Nos termos do parágrafo anterior, até que sejam preenchidos os cargos vagos, o quórum para instalação das reuniões será metade mais um dos membros em exercício.

§ 4º Os substitutos exercerão os cargos somente até o final do mandato dos substituídos.

SUBSEÇÃO IV DAS COMPETÊNCIAS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 42. Compete ao Conselho de Administração, nos limites legais e deste Estatuto Social, atendidas às decisões da Assembleia Geral:

- I. fixar a orientação geral e estratégica e os objetivos da Cooperativa, acompanhando e avaliando mensalmente a sua execução, o desenvolvimento das operações e atividades em geral e o estado econômico-financeiro da Cooperativa;
- II. eleger, reconduzir ou destituir, a qualquer tempo e por maioria simples, os diretores executivos, bem como fixar suas atribuições e remuneração, limitada ao valor global definido pela Assembleia Geral e conforme a política de remuneração dos membros da Diretoria Executiva;
- III. fiscalizar a gestão dos diretores executivos, bem como conferir-lhes atribuições específicas e de caráter eventual não previstas neste Estatuto Social;
- IV. aprovar o Regimento Interno do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva;
- V. propor à Assembleia Geral quaisquer assuntos para deliberação;
- VI. deliberar sobre alocação e aplicação dos recursos do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (Fates);

ESTATUTO SOCIAL DA COOPERATIVA DE CRÉDITO DA REGIÃO MERIDIONAL DO BRASIL - SICOOB UNICOOB MERIDIONAL

- VII.** analisar e submeter à Assembleia Geral proposta sobre a criação de outros fundos;
- VIII.** deliberar sobre a criação de comitês consultivos;
- IX.** propor à Assembleia Geral a participação da Cooperativa no capital de instituições não cooperativas;
- X.** aprovar a subscrição de capital no Banco Sicoob ou em outras entidades do Centro Cooperativo Sicoob (CCS);
- XI.** manifestar-se sobre o relatório da administração e a prestação de contas da Diretoria Executiva;
- XII.** deliberar sobre admissão e eliminação de associados, podendo aplicar, por escrito, advertência prévia;
- XIII.** deliberar sobre a forma e o prazo de resgate das quotas-partes de associados, inclusive se o resgate for parcial;
- XIV.** escolher e destituir os auditores independentes, na forma da regulamentação em vigor;
- XV.** acompanhar e determinar providências para saneamento dos apontamentos das áreas de Auditoria e Controles Internos, bem como acompanhar e apurar irregularidades praticadas no âmbito da Cooperativa, especialmente as que lhes forem encaminhadas pelo Conselho Fiscal e pela Auditoria, e determinar medidas visando às apurações e às providências cabíveis;
- XVI.** garantir que as operações de crédito e garantias concedidas aos membros de órgãos estatutários, bem como a pessoas físicas e jurídicas que mantenham relação de parentesco ou de negócios com aqueles membros, possam observar procedimentos de aprovação e controle idênticos aos dispensados às demais operações de crédito;
- XVII.** acompanhar e adotar medidas para a eficácia da cogestão, quando adotada, nos termos do convênio firmado entre a Cooperativa e a Sicoob Central Unicoob a qual estiver filiada;
- XVIII.** deliberar sobre a aquisição, alienação, doação e/ou oneração de quaisquer bens móveis, bem como de imóveis não de uso próprio;
- XIX.** deliberar sobre abertura e fechamento de Postos de Atendimento (PAs) e Unidades Administrativas Desmembradas (UADs).

Art. 43. Compete ao presidente do Conselho de Administração:

- I.** representar a Cooperativa, com direito a voto, nas reuniões e nas Assembleias Gerais da Sicoob Central Unicoob, do Banco Sicoob, do Sistema OCB e outras entidades de representação do cooperativismo;
- II.** convocar e presidir a Assembleia Geral e as reuniões do Conselho de Administração;

ESTATUTO SOCIAL DA COOPERATIVA DE CRÉDITO DA REGIÃO MERIDIONAL DO BRASIL - SICOOB UNICOOB MERIDIONAL

- III. decidir, ad referendum do Conselho de Administração, sobre matéria urgente e inadiável, submetendo a decisão à deliberação do colegiado, na primeira reunião subsequente ao ato;
- IV. designar responsável para organizar, secretariar e administrar as reuniões do Conselho de Administração;
- V. aplicar as advertências estipuladas pelo Conselho de Administração;
- VI. tomar votos e votar, com a finalidade do desempate, nas deliberações do Conselho de Administração.

§ 1º Na impossibilidade de representação pelo vice-presidente, o presidente do Conselho de Administração poderá, mediante autorização do Conselho de Administração, com o respectivo registro em ata, delegar a membro da Diretoria Executiva, a representação prevista no inciso I.

§ 2º É atribuição do vice-presidente do Conselho de Administração substituir o presidente e exercer as respectivas competências.

§ 3º O presidente poderá, mediante autorização do Conselho de Administração, com o respectivo registro em ata, delegar competências ao vice-presidente.

SEÇÃO III DA DIRETORIA EXECUTIVA

SUBSEÇÃO I DA SUBORDINAÇÃO, DA COMPOSIÇÃO E DO MANDATO

Art. 44. A Diretoria Executiva, órgão subordinado ao Conselho de Administração, é composta por 3 (três) diretores, que poderão ser associados ou não, desde que a maioria dos diretores seja composta de pessoas naturais associadas, sendo um Diretor Superintendente, um Diretor de Mercado e um Diretor Administrativo Financeiro.

Parágrafo único. É vedado o exercício simultâneo de cargos no Conselho de Administração e na Diretoria Executiva.

Art. 45. O prazo de mandato dos membros da Diretoria Executiva será 3 (três) anos podendo haver recondução, a critério do Conselho de Administração.

Parágrafo único. O mandato dos diretores executivos estender-se-á até a posse dos seus substitutos.

SUBSEÇÃO II DAS AUSÊNCIAS, DOS IMPEDIMENTOS E DA VACÂNCIA DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 46. Para ausências e impedimentos de cargos da Diretoria Executiva, a Cooperativa deve observar as seguintes disposições:

- I. nas ausências ou impedimentos temporários iguais ou inferiores a 60 (sessenta) dias corridos, o Diretor Superintendente será substituído, nesta

ESTATUTO SOCIAL DA COOPERATIVA DE CRÉDITO DA REGIÃO MERIDIONAL DO BRASIL - SICOOB UNICOOB MERIDIONAL

ordem, pelo Diretor de Mercado ou Diretor Administrativo Financeiro, que continuará respondendo pela sua área, acumulando ambos os cargos;

- II. nas ausências ou impedimentos superiores a 60 (sessenta) dias ou com período incerto ou em caso de vacância, o Conselho de Administração elegerá o substituto, no prazo de até 30 (trinta) dias da data da ocorrência.

§ 1º A diretora gestante, adotante ou que obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança, poderá se afastar por 120 (cento e vinte) dias consecutivos, sendo, neste caso, substituída por outro diretor nos termos deste Estatuto Social, diretor este que continuará respondendo pela sua área, havendo nesse caso acumulação de cargos, cabendo-lhe dar conhecimento ao Conselho de Administração dos atos por ele praticados.

§ 2º O disposto no § 1º anterior aplica-se também ao diretor adotante unilateral.

§ 3º Naquilo que couber, aplicam-se aos diretores executivos as hipóteses de vacância automática previstas no inciso III do art. 40 deste Estatuto Social.

SUBSEÇÃO III DAS COMPETÊNCIAS DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 47. São competências da Diretoria Executiva e de seus respectivos diretores executivos, conforme os incisos a seguir:

- I. Diretoria Executiva:
 - a) adotar medidas para o cumprimento das diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração, bem como garantir a implementação de medidas que mitiguem os riscos inerentes à atividade da Cooperativa;
 - b) supervisionar as atividades relacionadas a riscos, com o apoio do gerenciamento centralizado realizado pelo Sicoob Confederação;
 - c) elaborar orçamentos para deliberação do Conselho de Administração, bem como mantê-lo informado por meio de relatórios mensais sobre o estado econômico-financeiro da Cooperativa e o desenvolvimento das operações e atividades em geral;
 - d) aprovar a admissão de associados, quando delegado pelo Conselho de Administração;
 - e) deliberar sobre a contratação de empregados e fixar atribuições, alçadas e salários, bem como contratar prestadores de serviços;
 - f) avaliar a atuação dos empregados, adotando as medidas apropriadas, e propor ao Conselho de Administração qualquer assunto relacionado ao plano de cargos e salários e à estrutura organizacional da Cooperativa;
 - g) aprovar e divulgar normativos operacionais internos da Cooperativa;

ESTATUTO SOCIAL DA COOPERATIVA DE CRÉDITO DA REGIÃO MERIDIONAL DO BRASIL - SICOOB UNICOOB MERIDIONAL

- h) adotar medidas para cumprimento das diretrizes fixadas no Planejamento Estratégico e para saneamento dos apontamentos da Sicoob Central Unicoob e das áreas de Auditoria e Controles Internos.

II. Diretor Superintendente, o principal diretor executivo da Cooperativa:

- a) representar a Cooperativa passiva e ativamente, em juízo ou fora dele, salvo a representação prevista no art. 43, I, deste Estatuto Social;
- b) conduzir o relacionamento com terceiros no interesse da Cooperativa;
- c) coordenar, junto com os demais diretores, as atribuições da Diretoria Executiva, visando à eficiência e transparência no cumprimento das diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração;
- d) supervisionar as operações e as atividades e verificar, tempestivamente, o estado econômico-financeiro da Cooperativa;
- e) convocar e coordenar as reuniões da Diretoria Executiva;
- f) outorgar mandatos a empregado da Cooperativa ou a advogado, juntamente com outro diretor, estabelecendo poderes, extensão e validade do mandato, quando for o caso;
- g) auxiliar o presidente do Conselho de Administração nos trabalhos relativos à Assembleia Geral.

III. Diretor Administrativo Financeiro:

- a) assessorar o diretor Superintendente nos assuntos a ele competentes;
- b) substituir o diretor Superintendente e o diretor de Mercado;
- c) Dirigir as atividades administrativas no que tange às políticas de recursos humanos, tecnológicos, materiais e as atividades fins da cooperativa;
- d) orientar e acompanhar a execução da contabilidade da Cooperativa, de forma a permitir visão permanente da situação econômica, financeira e patrimonial;
- e) executar as atividades relacionadas com as funções financeiras (fluxo de caixa, captação e aplicação de recursos, demonstrações financeiras, análises de rentabilidade, de custo, de risco, etc.)
- f) dirigir os assuntos relacionados à Política de Prevenção à Lavagem de dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo (PLD/FT), fazendo cumprir às determinações regulamentares;
- g) Acompanhar as atividades operacionais no que tange à análise e formalística na concessão de empréstimos, e a movimentação de capital;
- h) Identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar: o risco operacional, risco socioambiental, risco de crédito e os demais riscos a que a instituição esteja exposta de maneira relevante;

ESTATUTO SOCIAL DA COOPERATIVA DE CRÉDITO DA REGIÃO MERIDIONAL DO BRASIL - SICOOB UNICOOB MERIDIONAL

IV. diretor de Mercado:

- a) assessorar o diretor Superintendente em assuntos de sua área;
- b) substituir o diretor Superintendente e o diretor Administrativo e Financeiro;
- c) responder pelas atividades negociais no que tange à captação e aplicação de recursos e à venda de produtos e serviços;
- d) orientar e acompanhar a execução do orçamento da Cooperativa, de forma a fazer cumprir as metas e diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração;
- e) Elaborar as análises mensais sobre a evolução da singular e das unidades em todos os aspectos financeiros, de operações e de produtividade, a serem apresentadas à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração
- f) avaliar diariamente as linhas de crédito, sua utilização, evolução e aderência ao mercado, propondo as mudanças necessárias;

- g) acompanhar as operações em curso anormal, adotando as medidas e os controles necessários para regularização

Parágrafo único. As atribuições designadas a cada diretor executivo deverão evitar possível conflito de interesses, bem como observar as normas vigentes sobre segregação obrigatória de funções por área de atuação.

SUBSEÇÃO IV DA OUTORGA DE MANDATO

Art. 48. O mandato outorgado pelos diretores a empregado da Cooperativa:

- I. não poderá ter prazo de validade superior ao de gestão dos outorgantes, salvo o mandato ad judicium;
- II. deverá especificar e limitar os poderes outorgados;

Parágrafo único. O Conselho de Administração poderá autorizar a outorga excepcional, pelos diretores executivos, de mandato a empregado, ou diretor executivo da Sicoob Central Unicoob.

Art. 49. Quaisquer documentos constitutivos de obrigação da Cooperativa deverão ser assinados por 2 (dois) diretores executivos, ressalvada a hipótese de outorga de mandato.

Parágrafo único. Em caso de vacância que impossibilite a assinatura por 2 (dois) diretores, os atos descritos no caput deste artigo poderão ser praticados por apenas 1 (um) diretor até a posse do diretor substituto, cabendo ao diretor remanescente dar conhecimento ao Conselho de Administração dos atos por ele praticados.

SEÇÃO IV DO CONSELHO FISCAL

ESTATUTO SOCIAL DA COOPERATIVA DE CRÉDITO DA REGIÃO MERIDIONAL
DO BRASIL - SICOOB UNICOOB MERIDIONAL

SUBSEÇÃO I
DA COMPOSIÇÃO E DO MANDATO

Art. 50. A administração da Cooperativa será fiscalizada por Conselho Fiscal, constituído de 3 (três) membros efetivos e 1 (um) membro suplente, todos associados, eleitos a cada 3 (três) anos pela Assembleia Geral.

§ 1º A cada eleição deve haver a renovação de, pelo menos, 1 (um) membro efetivo.

§ 2º O mandato dos conselheiros fiscais estender-se-á até a posse dos seus substitutos.

SUBSEÇÃO II
DA VACÂNCIA DO CARGO DE CONSELHEIRO FISCAL

Art. 51. Constituem, entre outras, hipóteses de vacância automática do cargo de conselheiro fiscal as mesmas hipóteses elencadas no inciso III do art. 41 deste Estatuto Social.

§ 1º Para que não haja vacância automática do cargo no caso de não comparecimento a reuniões, as justificativas para as ausências deverão ser formalizadas, registradas em ata e aceitas pelos demais membros do Conselho Fiscal.

§ 2º No caso de vacância, será efetivado o membro suplente.

§ 3º Ocorrendo 2 (duas) ou mais vacâncias no Conselho Fiscal, o presidente do Conselho de Administração convocará Assembleia Geral para o preenchimento das vagas, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de constatação do fato.

SUBSEÇÃO III
DA REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL

Art. 52. O Conselho Fiscal reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez por mês, em dia e hora previamente marcados, e, extraordinariamente, sempre que necessário, por proposta de qualquer um de seus integrantes, observando-se em ambos os casos as seguintes normas:

- I. as reuniões se realizarão sempre com a presença de 3 (três) membros;
- II. as deliberações serão tomadas pela maioria de votos dos presentes;
- III. os assuntos tratados e as deliberações resultantes constarão de ata.

§ 1º Na primeira reunião, os membros efetivos do Conselho Fiscal escolherão entre si 1 (um) coordenador para convocar e dirigir os trabalhos das reuniões e 1 (um) secretário para lavrar as atas.

§ 2º As reuniões poderão ser convocadas por qualquer de seus membros, por solicitação do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva ou da Assembleia Geral.

ESTATUTO SOCIAL DA COOPERATIVA DE CRÉDITO DA REGIÃO MERIDIONAL DO BRASIL - SICOOB UNICOOB MERIDIONAL

§ 3º O membro suplente poderá participar das reuniões e das discussões dos membros efetivos, sem direito a voto, exceto se comparecer, por convocação, para substituir membro efetivo.

**SUBSEÇÃO IV
DA COMPETÊNCIA DO CONSELHO FISCAL**

Art. 53. Compete ao Conselho Fiscal:

- I. fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários;
- II. opinar sobre as propostas dos órgãos de administração, a serem submetidas à Assembleia Geral, relativas à incorporação, à fusão ou ao desmembramento da Cooperativa;
- III. analisar as demonstrações contábeis elaboradas periodicamente pela Cooperativa;
- IV. opinar sobre a regularidade das contas da administração e as demonstrações contábeis do exercício social, elaborando o respectivo parecer, que conterà, se for o caso, os votos dissidentes;
- V. convocar os auditores internos e os auditores cooperativos ou independentes, conforme o caso, sempre que preciso, para prestar informações necessárias ao desempenho de suas funções;
- VI. convocar Assembleia Geral Extraordinária nas circunstâncias previstas neste Estatuto Social;
- VII. comunicar, por meio de qualquer de seus membros, aos órgãos de administração, à Assembleia Geral e ao Banco Central do Brasil, os erros materiais, fraudes ou crimes de que tomarem ciência, bem como a negativa da administração em fornecer-lhes informação ou documento;
- VIII. aprovar o próprio regimento interno.

Parágrafo único. No desempenho de suas funções, o Conselho Fiscal poderá valer-se de informações constantes no relatório da Auditoria Interna, da Auditoria Independente, do Controles Internos, dos diretores ou dos empregados da Cooperativa, ou da assistência de técnicos externos, a expensas da Cooperativa, quando a importância ou a complexidade dos assuntos o exigirem.

**TÍTULO VI
DA DISSOLUÇÃO E DA LIQUIDAÇÃO**

Art. 54. Além de outras hipóteses previstas em lei, a Cooperativa dissolve-se de pleno direito:

- I. quando assim deliberar a Assembleia Geral, desde que 20 (vinte) associados, no mínimo, não se disponham a assegurar a sua continuidade;

ESTATUTO SOCIAL DA COOPERATIVA DE CRÉDITO DA REGIÃO MERIDIONAL DO BRASIL - SICOOB UNICOOB MERIDIONAL

- II. pela alteração de sua forma jurídica;
- III. pela redução do número de associados, para menos de 20 (vinte), ou de seu capital social mínimo se, até a Assembleia Geral subsequente, realizável em prazo não inferior a 6 (seis) meses, não forem restabelecidos;
- IV. pelo cancelamento da autorização para funcionar;
- V. pela paralisação de suas atividades normais por mais de 120 (cento e vinte) dias.

Art. 55. A liquidação da Cooperativa obedece às normas legais e regulamentares próprias.

**TÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 56. As reuniões dos órgãos de administração e fiscalização, as Assembleias Gerais e demais reuniões da Cooperativa, poderão ser realizadas de forma semipresencial ou digital, obedecidos aos ritos e procedimentos dispostos neste Estatuto Social e na legislação e regulamentação em vigor.

Art. 57. Os documentos necessários à associação e ao relacionamento dos associados com a Cooperativa poderão ser digitais; ou físicos, que, em caso de digitalização, terão o mesmo valor probatório do documento original, para todos os fins de direito, sendo suficientes para comprovação de autoria e integridade, nos termos da legislação e regulamentação em vigor.

Art. 58. Os prazos previstos neste Estatuto Social serão contados em dias corridos, excluindo-se o dia de início e incluindo o dia final.

SOLANGE PINZON DE CARVALHO MARTINS
Presidente do Conselho de Administração

SONIR DALLA BARBA
Vice-Presidente do Conselho de Administração

**ATA DA 294ª (DUCENTÉSIMA NONAGÉSIMA QUARTA) REUNIÃO DO
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COOPERATIVA DE CRÉDITO DA
REGIÃO MERIDIONAL DO BRASIL – SICOOB UNICOOB MERIDIONAL
CNPJ 05.392.810/0001-54- NIRE Nº: 41400015246**

Caráter:	Reunião Extraordinária
Data:	17 de junho de 2024
Horário:	14:00 horas
Local:	Centro Administrativo de Toledo – Reunião presencial e online
Presenças:	Conselheiros de Administração do Sicoob Meridional, executivos e convidados.
Conselheiros:	Sonir Dalla Barba, Alceu Dal Bosco, Solange Pinzon de Carvalho Martins, Sadi Donazzolo, Anaide Inês Holzbach De Araujo, Khaled Nakka, Neri Jorge Leonhardt, Joel Inelto Loh, Hugo Albert Trevizan, João Vitor Tomazelli e Renato Luiz Dallago.
Ausência:	Não houve

PAUTA

Posse do Conselho de Administração

DESENVOLVIMENTO

Sra. Solange Pinzon, informou que o Banco Central do Brasil, por meio do Ofício 10939/2024–BCB/Deorf/GTCUR, autorizou a posse e o exercício dos eleitos para o Conselho de Administração do Sicoob Unicoob Meridional. Na sequência a Sra. Solange em conjunto com o Sr. Sonir, novo presidente, informaram oficialmente a posse dos membros do Conselho de Administração, Gestão 2024/2027, cujo mandato se estenderá até a posse dos que forem eleitos na Assembleia Geral Ordinária de 2027: Sonir Dalla Barba - Presidente, Alceu Dal Bosco - Vice-Presidente, Solange Pinzon de Carvalho Martins, Khaled Nakka, Neri Jorge Leonhardt, Anaide Inês Holzbach de Araújo, Sadi João Donazzolo, Joel Inelto Loh, Hugo Albert Trevizan, João Vitor Tomazelli e Renato Luiz Dallago, Conselheiros Efetivos, sendo solicitado uma salva de palmas para os Conselheiros que assumem suas funções neste ato. Após a

posse, a Sra. Solange Pinzon foi homenageada por todos os conselheiros e diretoria.

DECLARAÇÃO DE DESINCOMPATIBILIDADE – Os eleitos declaram não estar inclusos em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeçam de exercer atividades mercantis e administrativas, declarando, ainda, não serem parentes até 2º grau entre si e os conselheiros de administração e fiscal e que preenchem as condições de elegibilidade previstas na Resolução 4122/12 do BACEN. *****

05 – Encerramento - Nada mais a ser tratado, a Sra. Solange e o Sr. Sonir, agradeceram a presença de todos. E antes do encerramento todos os conselheiros agradeceram a especial contribuição do Sr. Adroaldo Antonio Refosco, em seus 9 (nove) anos de conselho e Ao Conselho de Administração. O Sr. Sonir mencionou que que conta com o apoio de todos na condução dessa nova gestão, dando por encerrada a reunião e para que surta os efeitos legais, pediu a secretária que lavrasse a presente ata, a qual após lida e aprovada segue assinada pelos membros neste ato empossados para o Conselho de Administração. *****

Toledo- Pr, 17 de junho 2024.

Sonir Dalla Barba
Presidente do Conselho

Alceu Dal Bosco
Vice-presidente

Anaide I. Holzbach de Araújo

Hugo Albert Trevizan

João Vitor Tomazelli

Joel Inelto Loh

Khaled Nakka

Neri Jorge Leonhardt

Renato Luiz Dallago

Sadi João Donazzolo

Solange Pinzon de Carvalho Martins



ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa COOPERATIVA DE CREDITO DA REGIAO MERIDIONAL DO BRASIL - SICOOB UNICOOB MERIDIONAL consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
33493049900	
48355585968	